



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 011/10 QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E A FUNDAÇÃO ORSA, COM O OBJETIVO DE IMPLEMENTAR AÇÕES CONJUNTAS NO ÂMBITO DA GESTÃO AMBIENTAL NO ESTADO.

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Trav. Lomas Valentinas, nº 2.717, Bairro do Marco, Belém/PA, doravante denominada simplesmente **SEMA**, neste ato representada por seu Exmo. Sr. Secretário, **DR. ANÍBAL PESSOA PICANÇO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 1460237-SSP/PA e do CPF nº 166.708.842-49, residente e domiciliado na Cidade de Belém, Estado do Pará, e a **FUNDAÇÃO ORSA**, Entidade Civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 74.502.550/0001-45, sediada à Alameda Mamoré, nº 989, 23º andar, Bairro Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo e com filial local inscrita no CNPJ/MF sob o nº 74.502.550/0003-07, estabelecida à Rua 100, s/nº, Bairro Industrial, CEP 68.240-000, Monte Dourado, Município de Almeirim, Estado do Pará, representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada, meramente, de **FUNDAÇÃO**;

CONSIDERANDO o disposto no art. 225, *caput*, da Constituição Federal, consolidando o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, representado no princípio do desenvolvimento sustentável, resultante da compatibilização dentre o desenvolvimento econômico-social e a preservação da qualidade do meio ambiente;

CONSIDERANDO o art. 2º, X, da Lei nº 6.938/81, instituidora da Política Nacional do Meio Ambiente;

CONSIDERANDO o art. 87 da Lei nº 5.887/95 – Lei Ambiental do Estado;

CONSIDERANDO que a SEMA é a executora da Política Estadual do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 5.887/95, fundada no desenvolvimento sustentável, tendo como objetivos a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no Estado do Pará, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança e à proteção da dignidade da vida humana;

CONSIDERANDO a função desenvolvida pelo Estado do Pará, especialmente por suas Secretarias, na implementação de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento social da população;

CONSIDERANDO a ampla experiência da Fundação na gestão de projetos sociais e treinamento/capacitação de pessoas na Região do Vale do Jari;

CONSIDERANDO a convergência de interesse dentre ambos os Partícipes deste Instrumento,

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, com fundamento nas disposições legais suscitadas combinadas com as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, consoante o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

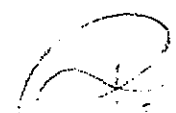
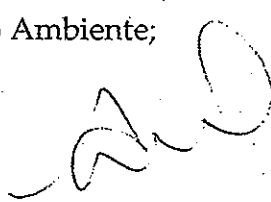
Os Partícipes se comprometem a atuar de maneira articulada para o desenvolvimento de políticas destinadas à promoção da educação ambiental, visando, primordialmente, a mobilização social para a conservação do meio ambiente e o reflorestamento de áreas já degradadas pela ação do homem.

Dentre as ações previstas para o implemento das políticas ambientais a serem desenvolvidas, **em conjunto**, pelos Celebrantes, encontram-se:

I – A sensibilização da população local para a importância da educação ambiental;

II – Conferir maior visibilidade e levar ao conhecimento do maior número de pessoas possível os planos bem sucedidos de conservação ambiental como o "Projeto Jari" e a "Unidade de Conservação de Almeirim";

III - Demonstrar a necessidade de alteração do comportamento da sociedade perante o Meio Ambiente;



IV - Construir um canal de troca de informações entre a população local, a FUNDAÇÃO e a SEMA;

V - Divulgar normas legais relacionadas ao meio ambiente, em especial aquelas voltadas à legalização das atividades dos proprietários rurais do Estado do Pará;

VI - Conscientizar os proprietários rurais regionais no sentido de buscar o Cadastro Ambiental Rural para as suas propriedades, divulgando os benefícios da regularidade de suas terras;

VII - Convocar os líderes comunitários para o engajamento nos projetos desenvolvidos.

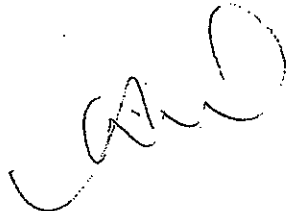
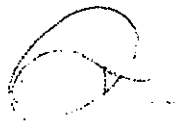
CLÁUSULA SEGUNDA – DA DELEGAÇÃO DE PODERES.

Através deste Instrumento, a SEMA delega poderes à FUNDAÇÃO ORSA, para, em conjunto com terceiros ou isoladamente:

- I. Elaborar e distribuir à população alvo desta Parceria material destinado à educação ambiental das áreas degradadas pela ação do homem, localizadas em Unidades de Conservação, zonas de amortecimento e áreas de influência;
- II. Transmitir à população informações e práticas adequadas relacionadas ao reflorestamento de áreas degradadas pela ação do homem.

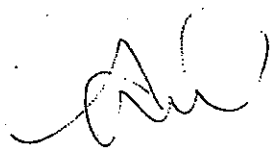

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES.

I – À FUNDAÇÃO caberá:

- a) Sensibilizar os proprietários rurais regionais no sentido de buscar o Cadastro Ambiental Rural - CAR para as suas propriedades, divulgando os benefícios da regularidade de suas terras;
 - b) apoiar e fornecer técnicos em número suficiente para a execução do objeto deste Termo;
- 
- 

- c) disponibilizar dados e informações necessárias à execução do objeto pactuado, na forma e prazos acordados entre as partes durante a execução deste Termo;
- d) designar um responsável técnico para acompanhar as ações necessárias à consecução deste Termo e de seus desdobramentos;
- e) elaborar, juntamente com a **SEMA**, os Planos de Trabalho específicos para o detalhamento das atividades;
- f) realizar, em conjunto com a **SEMA**, vistorias em campo para os detalhamentos requeridos nos Planos de Trabalho competentes;
- g) estabelecer, em comum acordo com a **SEMA**, parcerias para a execução das ações prioritárias a serem implementadas;
- h) colaborar, aquando da atuação das equipes técnicas, na execução dos trabalhos necessários ao cumprimento deste Termo;
- i) contribuir para a organização e elaboração de materiais necessários para a divulgação das políticas de preservação ambientais criadas, bem como na mobilização social e ensino das práticas adequadas relacionadas ao reflorestamento de áreas degradadas pela ação do homem e a colaborar com **SEMA** nas tarefas de sondagem e monitoramento dos resultados das políticas e planos desenvolvidos, tudo em prol do meio ambiente.
- j) Elaborar plano de trabalho destinado à educação ambiental das áreas degradadas pela ação do homem localizadas em Unidades de Conservação, zonas de amortecimento e áreas de influência, nos moldes da Resolução/CONAMA nº 013/90.

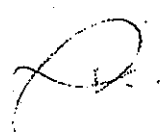
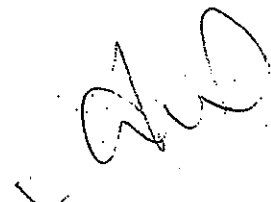
II – À **SEMA** incumbirá:

- a) fornecer dados, informações e apoio técnico necessários à execução do objeto pactuado;
 - b) indicar um representante para ser o responsável pelo acompanhamento das atividades ligadas ao objeto deste Termo;
 - c) orientar e supervisionar as ações objeto deste Termo;
- 
- 

- d) elaborar, juntamente com a FUNDAÇÃO, os Planos de Trabalho específicos para o detalhamento das atividades;
- e) participar diretamente na execução dos projetos e atividades, avaliando seus resultados e reflexos;
- f) realizar, em conjunto com a FUNDAÇÃO, vistorias em campo para os detalhamentos requeridos nos Planos de Trabalho e execução do objeto deste Termo;
- g) reunir as informações técnicas geradas pela FUNDAÇÃO, dando os devidos encaminhamentos;
- h) disponibilizar dados e informações necessárias à execução do objeto pactuado, na forma e prazos acordados entre as partes durante a execução deste Termo;
- i) oferecer apoio técnico às ações previstas, inclusive treinamentos ou qualquer outra capacitação que se faça necessária ao desenvolvimento das ações e atividades pertinentes a este Termo, que serão melhor especificadas no plano de trabalho competente.
- j) promover ou participar da divulgação das ações do objeto deste Acordo citando, obrigatoriamente, a participação da FUNDAÇÃO nos trabalhos;
- k) cooperar, tecnicamente, em tudo o que for necessário à plena execução dos entendimentos formalizados por este instrumento jurídico ora firmado, fornecendo todos os subsídios necessários para o desenvolvimento e sucesso das políticas ambientais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica facultado à SEMA, no caso de paralisação parcial ou total das ações e atividades inerentes ao objeto deste Instrumento e de seus desdobramentos, assumir de imediato a execução destas, para evitar a sua descontinuidade, permanecendo cada parte responsável por suas respectivas obrigações assumidas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para a execução deste Termo de Cooperação Técnica serão empregados os bens, materiais e equipamentos pertencentes a cada Partícipe.



CLÁUSULA QUARTA - DO NÃO REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS.

O presente instrumento não prevê a transferência de recursos financeiros entre os partícipes. O desempenho de atividades que requeiram transferência de recursos financeiros públicos entre as partes implicará na elaboração de instrumentos específicos, conforme o disposto na IN/STN nº 01/97 e legislação correlata, como planos de trabalho, cronogramas de desembolso e a posterior apresentação de relatório com a respectiva prestação de contas.

CLÁUSULA QUINTA - DA UTILIZAÇÃO DE PESSOAL.

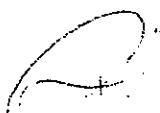
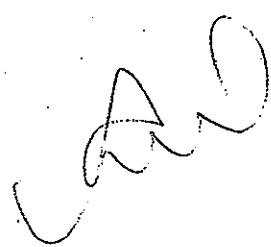
O pessoal utilizado pelos Partícipes na execução deste Termo, na condição de servidores, empregados, autônomos, empreiteiros ou outros, nenhuma vinculação ou direito terão em relação à outra Parte, ficando a cargo exclusivo do respectivo Partícipe que os contratou a integral responsabilidade concernente aos seus direitos, mormente os trabalhistas e previdenciários, inexistindo qualquer solidariedade ou subsidiariedade dentre os Celebrantes.

CLÁUSULA SEXTA - DOS BENS.

Não haverá transferência da propriedade dos bens que vierem a ser disponibilizados pelas partes para o cumprimento deste Termo, exceto os eventuais repasses financeiros porventura acordados pelas partes em instrumento próprios, devendo os mesmos serem restituídos de imediato à parte proprietária no caso de rescisão, denúncia ou ao fim da vigência deste, salvo expressa disposição escrita em contrário, firmada em termo aditivo ou em plano de trabalho específico.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE.

Os vínculos jurídicos, financeiros ou de qualquer natureza assumidos singularmente por uma das partes são de sua exclusiva responsabilidade, não se comunicando a título de solidariedade ou subsidiariamente ao outro Partícipe.



CLÁUSULA OITAVA - DA DIVULGAÇÃO, PROMOÇÃO E PUBLICIDADE.

Em qualquer divulgação, promoção ou publicidade relacionada com atos, ações e atividades objeto do presente Termo, será, obrigatoriamente, destacada a participação do Estado do Pará e essas ações deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, delas não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA.

O presente Termo de Cooperação Técnica entra em vigor na data de sua publicação, vigorando pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado, se as partes assim o desejarem, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ADITAMENTO.

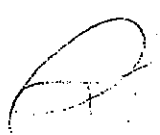
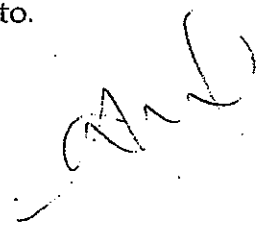
O presente Termo de Cooperação Técnica poderá, mediante concordância das partes e quando necessário, ser alterado, excetuando-se o seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA.

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido pelo descumprimento das obrigações pactuadas, independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Qualquer dos Partícipes poderá denunciar o presente Termo, independente da ocorrência de quaisquer motivos e sem que lhe caiba qualquer sanção, desde que o faça mediante aviso prévio, por escrito, de 60 (sessenta) dias, resguardados os projetos em andamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos casos de rescisão ou denúncia, as pendências ou trabalhos em fase de execução serão definidos e resolvidos de comum acordo para que se atribuam as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um desses trabalhos e das pendências dos trabalhos em andamento.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO.

O presente Termo de Cooperação Técnica será publicado no Diário Oficial do Estado pela SEMA, no prazo previsto na Constituição Estadual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Os casos omissos serão resolvidos por mútuo acordo entre as partes, obedecendo-se à legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual, para dirimir eventuais litígios oriundos deste instrumento.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo de Cooperação Técnica em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, na presença das testemunhas que o subscreveram, para todos os efeitos legais.

Belém/PA, 28 de abril de 2010.


FUNDÇÃO ORSA


GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE



Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



Andréa Nazare Lima Motta
Coordenadora Jurídica
CONJUR/SEMA
QAR/PA 7115



DIÁRIO OFICIAL Nº 31659 de 05/05/2010

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

Termo de Cooperação Técnica - Fundação Orsa

Número de Publicação: 99739

Nº DO TERMO: 011/2010-SEMA/PA

PARTES: Secretaria de Estado de Meio Ambiente-SEMA e a Fundação Orsa

OBJETO: Atuar de maneira articulada para o desenvolvimento de políticas destinadas à promoção da educação ambiental, visando, primordialmente, a mobilização social para a conservação do meio ambiente e o reflorestamento de áreas já degradadas pela ação do homem, além de outros procedimentos administrativos necessários à execução plena deste objeto

VIGÊNCIA: Início em 05/05/2010 e Término em 04/05/2012

VALOR: Inexistente

FORO: Comarca de Belém, Estado do Pará

DATA DA ASSINATURA: 12/04/2010

ORDENADOR RESPONSÁVEL: Aníbal Pessoa Picanço, Secretário de Estado de Meio Ambiente

RESPONSÁVEL PELA PARTE: Aldeny Narciso Camargo Rezande, Representante legal da Fundação Orsa

ENDEREÇO DAS PARTES: SEMA/PA, Trav. Lomas Valentinas nº 2.717 - Marco, CEP: 66.095-770, Belém/PA e Fundação Orsa, Alameda Mamoré, nº 989, 23º andar, Bairro



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/PA

Memorando

Mem Nº.: 28388/CONJUR/2010

Belém - PA, 03 de agosto de 2010

De: CONJUR


Para: Getulio Bicudo Leme - Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira

Assunto: Convênio n. 01-010 e Termo de Coop. Técnica n. 011-010 - ORSA e SEMA

Honrada em cumprimentá-la, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Senhoria Convênio n. 01/2010, celebrado entre esta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e a Fundação ORSA, bem como, Termo de Cooperação Técnica n. 011/2010, também celebrado entre SEMA e a referida Fundação.

Na oportunidade, necessário se faz ressaltar que estamos encaminhando os documentos originais e devidamente assinados, conforme assim solicitados para que sejam efetivadas as providências que o caso requer.

Atenciosamente,



Andrea Nazaré Lima Mota
Consultoria Jurídica - SEMA/PA

*1º GECON, para providências
que couber. Bel, 03/08/10*

Assinatura
